



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Segurança, Defesa e Forças Armadas [ST]

A MÃO ABERTA À ESPERA DE SE FECHAR

REIS, Liliana

Doutoramento, Universidade da Beira Interior, lilianareis@ubi.pt

JERÓNIMO, Nuno Amaral

Doutoramento, Universidade da Beira Interior, nunoaj@ubi.pt

PEREIRA, Rogério

Licenciatura, Universidade da Beira Interior, rogeriodacostapereira@gmail.com

Resumo

A lógica fatalista da segurança dominou a doutrina realista das relações internacionais. A concepção hobbesiana do *homo homini lupus* criaria o dilema da segurança com o qual, quer os indivíduos, quer o Estado, estariam confrontados. A Era Global, ao mesmo tempo que enfraqueceu as fronteiras físicas e o monopólio securitário estatal, multiplicou as forças de bloqueio à liberdade. Num contexto de governança global têm emergido novos modelos de segurança, aparentemente cerceadores, uma vez mais, da liberdade. Mas qual será a tendência que se apresenta no sistema das relações internacionais, pós-moderno? Para Bauman, a modernidade líquida, apesar de caracterizada pela desvinculação do tempo-espço e da alteração comportamental relativamente à ordem, não substituiu o medo. Com efeito, a concepção dos direitos humanos universais resultado do ideário liberal, parece substituída, pela edificação de novos axiomas securitários, dominados novamente, pela insegurança difusa e por lógicas de poder..

Abstract

The fatalistic logic of security dominated the realistic doctrine of international relations. The Hobbesian conception of *Homo Homini Lupus* created the security dilemma with which either the individuals or the State would be confronted. Global Age, while weakening physical boundaries and state security-monopoly, multiplied blocking forces to freedom. In a context of global governance, new security models have emerged, a way, apparently, to restrict freedom once again. But what is the trend that is presented in the system of postmodern international relations? For Bauman, liquid modernity, although characterized by time-space detachment and behavioral modifications regarding order, did not replace fear. Indeed, the concept of universal human rights that emerged from liberal ideology seems to be replaced by the building of new International Security axioms, again dominated by widespread insecurity and power dynamics.

Palavras-chave: Segurança; globalização; direitos humanos; modernidade líquida

Keywords: Security, Globalization, Human Rights, Liquid Modernity

[COM0513]

Introdução

O quadro epistemológico dos principais debates das Relações Internacionais ficaria dominado, em grande medida, pelo “debate” entre a Liberdade e a Segurança. O advento da primeira Guerra Mundial em 1918 e o posterior fracasso da sociedade das nações, bem como do idealismo liberal conduziram a uma consolidação da doutrina realista da Relações internacionais, segundo a qual, o Estado é, simultaneamente, o objecto e o provedor da segurança contra ameaças militares de fonte e alvo estadual. A limitação da liberdade em prol da segurança surge, naturalmente, com o propósito de assegurar, quer a sobrevivência do homem, quer a sobrevivência do Estado. Ambos vivem ameaçados pela constante procura de poder pelas unidades semelhantes (outros homens e estados).

A confirmação do paradigma securitário surgiria através da Segunda Guerra Mundial e do período de Guerra Fria inaugurado após o final da primeira. O término da “paz impossível, guerra improvável”, como a tituló Raymond Aron em 1948¹, auspiciava o retorno a um quadro de interdependência complexa no sistema internacional² apenas conseguido através da cooperação e da liberdade. Contudo, a conflitualidade dos anos noventa do século passado parecia corroborar os indicadores mais otimistas. No ano de 1998, o Secretário Geral da NATO, Javier Solana, afirmava que «humanidade e democracia foram dois princípios essencialmente irrelevantes à ordem original de Vestfália» (Solana 1998).

Na verdade, o vazio deixado pelo fim da ameaça soviética intensificou a reflexão sobre a segurança como conceito, como disciplina e como política, multiplicando-se as vozes em defesa de uma nova forma de pensar as relações internacionais superadora do sistema de Estados vestefaliano e da ética hobbesiana. «No mundo do pós-Guerra Fria, as fronteiras desenhadas entre Estados, entre Estados e sociedade civil, e entre áreas funcionais tais como política, economia, e cultura (estariam) a cair. (...) Concepções de segurança vigentes centradas no Estado e orientadas para o exterior (seriam) inadequadas para capturar a complexidade das novas e multifacetadas relações internacionais» (Vayrynen in Brandão 2011: 7).

Porém, e na observância da (in)segurança atual do sistema internacional, alguns indicadores apontam para o reforço da soberania estatal (Brexit, Hungria, Polónia) e concomitantemente para a redução da cooperação internacional e do multilateralismo. Assistindo-se ao regresso à sociedade internacional anárquica (descentralizada, competitiva, sem autoridade supra-estadual) de onde decorrem as ameaças. Ora, o Estado soberano saído de Vestefália fora criado para garantir a segurança dos indivíduos, o que se traduziu, por um lado, na identificação da segurança destes com a segurança daquele e, por outro, na defesa da soberania como um dos objectivos primordiais da política de segurança.

Da Governança Global à Securitização

Com o fim da Guerra Fria emergiu uma nova tendência no domínio das relações internacionais, aparentemente paradoxal. Se por um lado, o sistema internacional assistiu a uma maior cooperação internacional e à emergência de organizações regionais (tal como à consolidação daquelas já existentes, como a UE), por outro lado, assistiu também ao alargamento da agenda securitária. O fim do confronto entre as duas superpotências levou vozes críticas a reclamarem que o entendimento de segurança fosse alargado a novos domínios e a objectos referenciais para além do Estado³. Subjacente a estas duas tendências, assistia-se a uma diluição do poder do Estados bem como das suas capacidades para responderem às exigências políticas e securitárias do novo sistema internacional. A alteração do quadro de ameaças conduziria a novas interpretações quer do conceito de liberdade (fundamentalmente negativa) e de segurança (centrada no indivíduo). Com efeito, a discussão em torno da liberdade levaria à advocação de um estado mínimo (que assegurasse

fundamentalmente os direitos de primeira geração). No domínio da segurança, assistimos a uma transferência do domínio do Estado e da sua segurança territorial, para o indivíduo em torno da segurança humana e para uma construção normativa pelos vários agentes. A estratégia daria lugar aos estudos para a paz e a Escola Norte-Americana à Escola de Copenhaga.

Esta alteração paradigmática surge também no advento daquilo que se julgava ser, no final da década de 1990, o domínio da governança global, da multipolaridade e o fim da hegemonia estatal. Este cenário internacional adivinhava um aumento das liberdades e, concomitantemente, da segurança. A tradicional dicotomia que tinha marcado os dois debates iniciais das Teorias das Relações Internacionais parecia não conseguir capturar as novas dinâmicas do sistema internacional.

Actualmente, por uma presente avaliação do sistema internacional, sentimos que a tradicional dicotomia entre liberdade e segurança não foi suprimida pela governança global, nem tão-pouco assistimos a um aumento de ambas, como era almejado pelas construções políticas pós-modernas. Hoje, os Muros da Liberdade são outros. Antinomias da expressão datada atrás referida — a qual por sua vez também se apresentava, propositadamente, no limiar do paradoxo, sendo certo que um muro, na essência, representa uma barreira —, ressurgem agora como descritos no tema “Muros e Grades”, da banda brasileira de rock Engenheiros do Hawaii: «Nas grandes cidades do pequeno dia-a-dia / O medo nos leva a tudo, sobretudo a fantasia / Então erguemos muros que nos dão a garantia / De que morreremos cheios de uma vida tão vazia (...) / Nas grandes cidades de um país tão violento / Os muros e as grades nos protegem de quase tudo / Mas o quase tudo quase sempre é quase nada / E nada nos protege de uma vida sem sentido / O quase tudo quase sempre é quase nada. (...)» (Gessinger e Licks 1991).

Trinta anos após a queda do muro de Berlim, a expressão “Muros de Liberdade” ganha outros significados.. As “competências” dos muros, no dealbar do século XXI equivalem hoje a outra busca de liberdade, erguendo-a como bandeira, sim, mas buscando na aparência da segurança a manutenção dessa “liberdade” travestida. Bom exemplo material e terminológico deste facto são as chamadas "linhas de paz" da Irlanda do Norte, muros que começaram a ser construídos há cerca de 40 anos em Belfast, como medida temporária, mas que não só continuam de pé, como se conseguirão reinventar. A última muralha, para separar as comunidades católicas e protestantes, foi erguida em 2008, nos terrenos duma escola primária, no norte de Belfast.

Efectivamente, hoje existem muros que separam países (o México e os Estados Unidos — cerca de mil quilómetros; o Botswana e o Zimbabwe; a Índia e o Paquistão — conhecido como muro de Berlim de Ásia, com cerca de mil e quinhentos quilómetros; o muro de cerca de mil quilómetros que separa o Uzbequistão do Quirguistão, do Afeganistão e do Tajiquistão; o muro do tigre, que separa a Coreia do Norte do Coreia do Sul, com cerca de duzentos e cinquenta quilómetros), “muros-muralha” (o “reino amuralhado” da Arábia Saudita — nove mil quilómetros —; o muro do Uzbequistão), muros urbanos (Rio de Janeiro, com cerca de catorze quilómetros que muros separam as favelas do resto cidade), muros regionais (o muro do Sahara Ocidental, com mais de dois mil setecentos quilómetros, que Marrocos ergueu de frente para o deserto para se defender da Frente Polisário – movimento político e militar que luta pela independência e autodeterminação do povo), os muros “de defesa da Europa” (de Ceuta, com cerca de 12 quilómetros, e Melilla, com cerca de 8 quilómetros, que foram modernizados desde a respectiva construção, nos anos 90 do século passado para sustentar a emigração ilegal), muros de cariz coloniais (entre Israel e a Cisjordânia), os novíssimos muros construídos para impedir a entrada na Europa de refugiados que fogem da guerra e outros conflitos localizados na Síria, Iraque, Afeganistão, Somália, Eritreia, Sudão (na Bulgária - a sul, na fronteira com a Sérvia), na Hungria, na Grécia e França (o muro de Calais).

Os exemplos de muros e suas teleologias poderiam continuar, uma vez que, por mais extensa que seja a lista, nunca comportará todos os muros (materiais e imateriais) e estruturas semelhantes do mundo. Os muros insistem em reinventar-se, nos seus propósitos. Em Brasília, foi erguida uma barreira metálica, de dois metros de altura e cerca de um quilómetro de comprimento que serve para separar opiniões. O chamado "Muro do impeachment", erguido perpendicularmente ao Palácio do Congresso, a casa da Democracia, e protegido por cerca de quatro mil polícias, separou os grupos a favor e contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em dia de votação (17 de Abril de 2016). Será porventura o mais recente e, singularmente, o mais metafórico dos muros, espelho às avessas da Democracia e representação de um país dividido desde o achamento.

Atente-se que aqui, e neste sentido material, o termo “muro” é utilizado como separador físico de algo e raramente assume a forma do convencional muro de alvenaria. Das vedações de arame farpado, ocasionalmente electrificadas, às valas paralelas duplas ou triplas, aqui e ali com sistemas de videovigilância e sistemas de detecção por raios infravermelhos e focos de luz, os muros insistem em assumir novas formas.

Da modernidade insegura à modernidade líquida

Hobbes marcaria a doutrina realista das relações internacionais e a necessidade do Estado se tornar o único provedor de segurança. Depois da passagem do estado natureza para o estado de sociedade, através do contrato social, os Homens poderiam almejar a sua segurança, a qual constituiria, simultaneamente, uma plataforma para o exercício da liberdade individual. O Estado Leviatã afastaria o Beemoth e, simultaneamente, o terror. Pelo contrário, o estado hobbesiano é estabelecido como antítese da natureza humana, do homem natural, com a missão de superar o terror que caracteriza o estado de natureza. Assim, ao homem selvagem por natureza, sobrepor-se-ia o Estado que ao mesmo tempo que possibilitaria a redenção humana, também possibilitaria a plena fruição da liberdade. Neste sentido, o uso da alegoria bíblica tem o intuito de revelar a necessidade de um Estado forte que castre os instintos selvagens dos Homens, maximizando a segurança de todos e oferecendo o exercício da liberdade. A insegurança crescente quer dos indivíduos, quer dos Estados num sistema internacional com mais mecanismos de protecção de ambos, tem conduzido alguns autores a advogarem um retorno ao realismo e ao fortalecimento dos poderes dos Estados (Jones, David Martin e Smith 2015).

A este propósito, no prefácio da *Modernidade Líquida*, Bauman (2001: 9), relembra a expressão «derreter os sólidos», insita n’*O Manifesto Comunista*, publicado em 1848 por Marx e Engels. Fá-lo a título de resposta a possíveis objecções à sua caracterização da atual modernidade como “líquida”.

Efectivamente, questiona(-se) Bauman: «a modernidade não foi um processo de "liquefação" desde o começo? Não foi o "derretimento dos sólidos" seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi "fluida" desde sua concepção? Essas e outras objecções semelhantes são justificadas, e o parecerão ainda mais se lembrarmos que a famosa frase sobre "derreter os sólidos", quando cunhada há um século e meio pelos autores do Manifesto Comunista, referia-se ao tratamento que o autoconfiante e exuberante espírito moderno dava à sociedade, que considerava estagnada demais para seu gosto e resistente demais para mudar e amoldar-se a suas ambições - porque congelada em seus caminhos habituais. Se o "espírito" era "moderno", ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da "mão morta" de sua própria história - e isso só poderia ser feito derretendo os sólidos (isto é, por definição, dissolvendo o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune a seu fluxo). Essa intenção clamava, por sua vez, pela "profanação do sagrado": pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da "tradição" – isto é, o sedimento ou resíduo

do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à "liquefação"» (Bauman 2001: 9).

Respondendo às questões que levanta, Bauman sublinha, porém, «que tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os sólidos e construir um “admirável mundo novo”⁴ livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos -, para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável. Ao ler o *Ancien Régime* de Tocqueville, podemos nos perguntar até que ponto os "sólidos encontrados" não teriam sido desprezados, condenados e destinados à liquefação por já estarem enferrujados, esfarelados, com as costuras abrindo; por não se poder confiar neles» (Bauman 2001: 9).

Concomitantemente, assistimos ao aumento de toda a espécie da vigilância, desde a videovigilância urbana, à vigilância na internet e nas comunicações pessoais. E o indivíduo, com medo de existir, e porventura aí tudo começa, vigia-se a si próprio (Foucault 1977; Gil 2007); transforma-se no seu próprio muro e ergue barreiras em seu redor. Incréu em si, o indivíduo descredita naturalmente nos outros. E olha com receio aqueles que fogem à guerra e ao morticínio, não em busca de uma vida melhor, mas em busca de poder apenas viver.

A modernidade securitária hobbesiana é actualmente visível no medo que o indivíduo tem do outro e consequente alienação dos direitos fundamentais (nomeadamente a liberdade) para se sentir aparentemente mais seguro. A insegurança provocada pela concepção pessimista da natureza humana do homo *homini lupus* encontra eco no que Beck qualifica de toda a nova realidade atrás citada de categorias *zombie*. «Por causa da individualização, vivemos com um conjunto de categorias *zombie* que estão já mortas e ainda vivas» (2001: 203). Desta forma, também os indivíduos da modernidade líquida alienaram sem grande preocupação os seus direitos paradoxalmente numa época de fluidez ilimitada (objectiva e subjectivamente), que ligavam o Homem ao Homem. A acrescentar ao alheamento voluntário da liberdade individual em troca de um aparente sentimento de segurança, os indivíduos acrescentaram novas construções normativas no plano dos direitos humanos, e abriram espaço a novas “gerações” de direitos humanos mais difusas e de mais difícil materialização. Também, contribuiriam para a perda das estruturas sociais e de uma ética construída sob a alçada do Bem e da Verdade (moralidade), dando lugar ao actual período hedonista do consumo e do prazer imediato (Bauman 2007; Lipovetsky 2010). Subjacente a esta lógica niilista, assistiu-se à primazia, por exemplo dos direitos do consumidor sob as liberdades fundamentais. Esta delegação não colocou, apenas, nas mãos do Leviatã a maximização da segurança, como também, noutros agentes económicos não estatais, a maximização da felicidade (Lipovetsky 2014).

Na verdade, como Bauman advogou no âmbito da modernidade líquida, «o derretimento dos sólidos, traço permanente da modernidade, adquiriu um novo sentido, e, mais que tudo, foi redireccionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos dessa viragem foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na actualidade da agenda política» (Bauman 2001: 12). No mesmo sentido, Byung-Chul Han tem chamado a atenção para manutenção das lógicas de poder. Apesar da sua desmaterialização e desterritorialização, não perderam a eficácia do poder clássico suportado pela ocupação de um determinado território. O espaço digital contemporâneo é ocupado e conquistado da mesma forma que o poder com origens telúricas (Han 2016).

Bauman conclui que «os sólidos que estão para ser lançados e os que estão derretendo neste momento, o momento metafórico da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projectos e acções colectivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as acções políticas de colectividades humanas, de outro» (Bauman 2001: 12).

Referências

- Aron, Raymond (1948), *Le Grand Schisme*. Paris: Ed. Gallimard.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (1ª ed. inglês 2000)
- Bauman, Zygmunt (2007), *Consuming Life*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elisabeth (2001), *Individualization - Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. Londres: Sage.
- Brandão, Ana Paula (2011), “Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de investigação dos Estudos de Segurança” in *Actas do I Congresso Internacional do Observare – As Tendências Internacionais e a Posição de Portugal*. Online @, http://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Ana_Paula_Brandao.pdf, acessado a 13 de Abril de 2016.
- Buzan, Barry; Lemaitre, Pierre; Tromer, Elzbieta e Wæver, Ole. (1990), *The European Security Order Recast*. Londres: Pinter.
- Buzan, Barry. (1991), *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers
- Foucault, Michel (1977), *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gessinger, Humberto e Licks, Augusto (1991), “Muros e Grades” in *Engenheiros do Hawaii, Várias Variáveis*, BMG.
- Gil, José (2007), *Portugal, Hoje - O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio de Água.
- Han, Byung-Chul (2016), *Sobre el Poder*. Barcelona: Herder.
- Jones, David Martin and Smith, L. (2015), Return to reason: reviving political realism in western foreign policy. *International Affairs*, (91): 933–952.
- Keohane, Robert e Nye, Joseph S. (1972), *Transnational relations and world politics*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.
- Lipovetsky, Gilles (2010), *Felicidade Paradoxal – Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, Gilles e Serroy, Jean (2014), *O Capitalismo Estético na Era da Globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Solana, Javier (1998), “Securing Peace in Europe”, discurso no *Symposium on the Political Relevance of the 1648 Peace of Westphalia*, Mnster, a 12 de Novembro. Online @ <http://www.nato.int/docu/speech/1998/s981112a.htm>, acessado a 17 de Junho de 2016.
- Wæver, Ole; Buzan, Barry; Kelstrup, Morten e Lemaitre, Pierre. (1993), *Identity, Migration and the New Security Order in Europe*. Londres: Pinter.

¹ “Paix impossible, guerre improbable” é o título do primeiro capítulo do livro “Le Grand Schisme”, de Raymond Aron, publicado em 1948.

² Para Robert Keohane e Joseph S. Nye (1972), o grau de institucionalismo e compromisso dos Estados entre si proporcionado pelas organizações internacionais permitiria uma maior maximização dos seus interesses bem como uma redução da conflitualidade no sistema internacional.

³ A Escola de Copenhaga, através dos trabalhos *The European Security Order Recast* (Buzan *et al.*, 1990); *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era.* (Buzan, B., 1991) e *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver *et al.*, 1993), publicados logo após o fim da Guerra Fria, serviriam para deslocar a segurança do Estado (mais territorial e de defesa militar) para a Segurança Humana.

⁴ Título do Livro de Aldous Huxley, publicado em 1932.